

## **PROCEDIMENTO POR CONSULTA PRÉVIA N.º 2/GGLC/2022**

**FORMAÇÃO DO CONTRATO DE “*FORNECIMENTO DE BENS CONSUMÍVEIS PARA A LOJA DO  
CIDADÃO DA MADEIRA*”**

### **CADERNO DE ENCARGOS**

## Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

### Parte I

#### Cláusulas Jurídicas

#### Capítulo I

#### Disposições gerais

##### 1. Objeto

1.1 O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar, na sequência o procedimento pré-contratual por consulta prévia que tem por objeto principal o **«fornecimento de bens consumíveis para a Loja do Cidadão da Madeira»**, de acordo com as especificações técnicas e quantidades constantes das cláusulas técnicas (Parte II) do presente Caderno de Encargos.

1.2 O objeto do contrato a celebrar está classificado com o código de Vocabulário Comum para os Contractos Públicos (CPV) 33760000-5 - Papel higiénico, lenços, toalhas de mão e guardanapos, de acordo com o Regulamento (CE) n.º 213/2008, da Comissão, de 28 de Novembro de 2007, publicado no Jornal Oficial da União Europeia n.º L 74, de 15 de Março de 2008, que altera o Regulamento (CE) n.º 2195/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho.

##### 2. Contrato

2.1 O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e seus anexos.

2.2 O contrato integra ainda os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e omissões do Caderno de Encargos, identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

## **Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão**

**2.3** Em caso de divergência entre os documentos referidos nas alíneas a) a e) do número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

**2.4** Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2.2 da presente cláusula e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º do CCP.

**2.5** Além dos documentos indicados no n.º 2.2, o adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.

### **3. Consulta preliminar ao mercado**

**3.1** Nos termos do artigo 35.º-A do Código dos Contratos Públicos, foi realizada uma consulta preliminar ao mercado, de modo a estabelecer o preço base, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP.

**3.2** Toda a informação relevante resultante da consulta preliminar, caso seja solicitada, será disponibilizada aos futuros concorrentes do procedimento, o que necessariamente só ocorrerá após terminado o prazo de apresentação de propostas.

### **4. Duração do contrato**

**4.1** O prazo de execução é de 1 (um) ano a partir do dia 29 de agosto de 2022 ou da data indicada no contrato, sendo automaticamente renovável por mais (1) um ano, nas condições previstas para o segundo ano de contrato, exceto se for denunciado por qualquer uma das partes com uma antecedência mínima de 60 dias.

**4.2** Na eventualidade de as quantidades estabelecidas no presente caderno de encargos se esgotarem antes do termo do prazo fixado no contrato, este cessa automaticamente, procedendo-se a nova consulta ao mercado.

## **Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão**

### **5. Visita ao local onde se encontram os equipamentos**

**5.1** Durante o prazo para apresentação das propostas, os interessados poderão visitar o local onde se encontram os equipamentos com os quais os bens a fornecer devem ser compatíveis e realizar aí os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração das suas propostas, considerando as exigências constantes do caderno de encargos.

**5.2** Os interessados, os concorrentes e o futuro adjudicatário não podem invocar o desconhecimento das características dos bens e/ou equipamentos ou imputar qualquer responsabilidade a esse título ao GGLC, ou a terceiros, visto que, têm oportunidade de verificá-los antes de apresentar proposta.

**5.3** As visitas ao local podem ser solicitadas através da plataforma eletrónica de contratação pública acinGov.

## **Capítulo II**

### **Obrigações contratuais**

#### **Secção I**

### **Obrigações do fornecedor**

#### **Subsecção I**

### **Disposições gerais**

### **6. Obrigações principais e acessórias que integram o contrato**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor as seguintes obrigações:

a) Obrigação de fornecimento dos bens nas quantidades e de acordo com as especificações técnicas estipuladas no caderno de encargos;

b) Obrigação de efetuar entregas faseadas dos bens consumíveis ao longo do contrato, mediante solicitação por escrito da entidade adjudicante, nas instalações da Loja do Cidadão da Madeira, devendo

## Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

proceder às entregas no prazo máximo de 48 horas após solicitação;

c) Obrigação de atuar com zelo e diligência no transporte do material de consumíveis para não causar danos nos equipamentos ou ofensa à integridade física dos colaboradores e utentes da Loja do Cidadão da Madeira;

d) Obrigação de não ceder a sua posição contratual sem prévia autorização da entidade adjudicante;

e) Obrigação de comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução dos contratos e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para o fornecimento, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;

f) Obrigação de comunicar antecipadamente à entidade adjudicante os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento, instalação e normal e regular funcionamento dos produtos, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações.

### 7. Local de entrega, conformidade e aceitação dos bens

7.1 O fornecedor obriga-se a entregar faseadamente à entidade adjudicante os bens objeto do contrato na Loja do Cidadão da Madeira, sita na Avenida Arriaga, 42 - A, R/C, 9000-064 Funchal.

7.2 O fornecedor obriga-se a entregar à entidade adjudicante os materiais consumíveis em perfeitas condições de utilização, procedendo-se formalmente à aceitação dos mesmos através de **conferência da fatura** no momento do fornecimento.

7.3 Caso a entidade adjudicante verifique que a quantidade ou que as especificações técnicas dos bens não estão de acordo com o estipulado no Caderno de Encargos, a entidade adjudicante pode recusar o fornecimento.

7.4 No caso previsto no número anterior, o fornecedor, a expensas suas, fica obrigado a substituir o bem por outros que cumpram integral e pontualmente com o que foi estipulado no Caderno de Encargos.

## Subsecção III

### Dever de sigilo

### 8. Informação e sigilo

8.1 O fornecedor deve prestar à entidade adjudicante todas as informações que este lhe solicitar e

## Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

que sejam necessárias à fiscalização do modo de execução do contrato, devendo, de igual forma, a entidade adjudicante satisfazer os pedidos de informação formulados pelo fornecedor e que respeitem a elementos técnicos na sua posse cujo conhecimento se mostre necessário à execução do contrato.

**8.2** A entidade adjudicante e o fornecedor guardam sigilo durante dois anos sobre quaisquer matérias sujeitas a segredo nos termos da lei às quais tenham acesso por força da execução do contrato.

### Secção II

#### Obrigações da entidade adjudicante

##### 9. Preço contratual

**9.1** Pelo fornecimento dos bens consumíveis objeto do contrato, a entidade adjudicante deve pagar ao fornecedor o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

**9.2** O parâmetro base do preço, isto é, o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato, nos termos do artigo 47.º n.º 1 CCP, é de até ao valor máximo de **€ 20.686,92** (vinte mil, seiscentos e oitenta e seis euros e noventa e dois cêntimos), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor, que corresponde à soma dos seguintes valores:

**a) € 9.813,82** (nove mil, oitocentos e treze euros e oitenta e dois cêntimos) acrescido de IVA para o primeiro ano de vigência de contrato, conforme tabela para o ano 1, que segue em anexo ao caderno de encargos, de acordo com a seguinte programação financeira:

- i) Em 2022 será pago até ao montante máximo de € 3.271,27 acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- ii) Em 2023 será pago até ao montante máximo de € 6.542,55, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

**b) Em caso de renovação automática, € 10.873,10** (dez mil, oitocentos e setenta e três euros e dez cêntimos), para o segundo ano de contrato, conforme tabela para o ano 2, do anexo ao caderno de encargos, de acordo com a seguinte programação financeira:

- i) Em 2023 será pago até ao montante máximo de € 3.624,37, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;
- ii) Em 2024 será pago até ao montante máximo de € 7.248,73, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

**9.3** A entidade adjudicante reserva-se o direito de não adquirir as quantidades mencionadas no presente caderno de encargos, sendo que, caso não atinja o número máximo de quantidades fixadas deve

## **Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão**

ser efetuado o apuramento das quantidades efetivamente solicitadas pela entidade adjudicante, realizando-se o acerto no preço contratual, que passa a ser o preço que for apurado da soma das quantidades solicitadas pela entidade adjudicante.

**9.4** O preço referido no número anterior inclui todos os custos e despesas relativos ao fornecimento, entregas, substituição de bens que não se encontrem em perfeitas condições de utilização, produtos defeituosos, recursos humanos e recursos materiais, seguros, entre outros que se afigurem necessários à execução do contrato.

**9.5** Durante a vigência do contrato, caso sejam necessários bens adicionais aos que estão previstos no presente caderno de encargos, o cocontratante obriga-se a manter os preços que constam da sua proposta para os bens que venham a ser solicitados pela entidade adjudicante.

### **10. Condições de pagamento**

**10.1** As quantias devidas pelo Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão da Madeira, são pagas no prazo máximo de 60 dias após a receção da respetiva fatura, de acordo com a programação financeira que consta do artigo anterior.

**10.2** Em caso de discordância por parte da entidade adjudicante, quanto aos valores indicados na fatura, deve esta comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

**10.3** Não podem ser propostos adiantamentos por conta dos bens a fornecer.

**10.4** Desde que devidamente emitida e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas através de transferência bancária.

**10.5** O pagamento que ocorra em data posterior à estabelecida no n.º 1 da presente cláusula, determina o pagamento de juros moratórios pelo atraso no cumprimento da obrigação pecuniária.

## **Capítulo II**

### **Seguros e cações**

#### **11. Caução**

Não é exigida a prestação de caução, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 88.º do CCP.

## Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

### 12. Seguros

**12.1** Todos os seguros obrigatórios e/ou facultativos considerados indispensáveis ao bom cumprimento do contrato, são da responsabilidade do fornecedor.

**12.2** O fornecedor é responsável pelos danos causados nos equipamentos ou nas instalações da Loja do Cidadão da Madeira que decorram de falta de zelo ou por negligência dos seus funcionários.

## Capítulo III

### Penalidades contratuais, alteração e resolução do contrato

### 13. Penalidades contratuais

**13.1** Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, quer sob a forma de mora, não cumprimento definitivo ou cumprimento defeituoso do contrato, o Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão da Madeira pode exigir ao fornecedor o pagamento de uma pena pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

a) Pelo incumprimento sob a forma de **mora** dos prazos de entrega dos bens que ocorra por mais de três vezes seguidas ou interpoladas, na proporção de 5% do preço contratual, nas seguintes proporções:

- i) Incumprimento do prazo de entrega de bens máximo de 48h até 72h – 2% do preço contratual;
- ii) Incumprimento do prazo de entrega de bens superior a 72h – 3% do preço contratual.

b) Pelo incumprimento sob a forma de **cumprimento defeituoso** do fornecimento de bens que não correspondam às características técnicas fixadas no caderno de encargos, na proposta adjudicada e no contrato, ou que não esteja em perfeitas condições de utilização, cuja deficiência não seja eliminada no prazo de 5 dias após a solicitação por escrito da entidade adjudicante, no valor de 6% do preço contratual, de acordo com o artigo 329.º n.º 1 e 2 do CCP.

c) Em caso de resolução do contrato por **incumprimento definitivo** do contrato imputável ao fornecedor, a entidade adjudicante, pode exigir uma pena pecuniária de 9% do preço contratual.

**13.2** O valor acumulado das sanções a que se refere o número anterior, não pode exceder 20% do preço contratual.



## Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

**13.3** Nos casos em que seja atingido o limite fixado no número anterior, e a entidade adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, o limite é elevado para 30% do preço contratual.

**13.4** Na determinação da gravidade do incumprimento, a entidade adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do fornecedor e as consequências do incumprimento.

**13.5** Para aplicação das sanções pecuniárias, o Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão da Madeira, deve alertar o fornecedor que existe uma situação de incumprimento, quer sob a forma de mora, quer sob a forma de cumprimento defeituoso ou incumprimento definitivo.

**13.6** Os atos de aplicação de multas pela entidade adjudicante são definitivos e executórios.

**13.7** A entidade adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias aplicadas nos termos da presente Cláusula.

**13.8** O valor das sanções é descontado na fatura relativa ao período em que se deu o facto que originou a sua aplicação.

**13.9** As penas pecuniárias previstas na presente Cláusula não obstam a que a entidade adjudicante exija uma indemnização pelo dano excedente.

**13.10** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato, o Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão da Madeira, pode resolver o contrato com base nos artigos 325.º, 334.º e 335.º do CCP, e/ou ainda a título sancionatório, caso o fornecedor viole de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações a que está adstrito, conforme previsto no artigo 333.º daquele diploma.

**13.11** Verificando-se uma situação de incumprimento por facto imputável ao fornecedor, considera-se haver incumprimento definitivo quando, após advertência e aplicação de sanção, este continue a incorrer em incumprimento.

**13.12** Em caso de incumprimento definitivo pelo cocontratante das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, ao abrigo do disposto nos artigos 290.º-A n.ºs 1 e 3, 302.º alínea f) e 318.º-A do CCP, o contraente público reserva-se o direito de determinar que este ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, pela ordem sequencial do procedimento.

## Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

**13.13** De acordo com o disposto no artigo 318-ºA n.º 4 do CCP, a cessão da posição contratual referida no ponto anterior opera por mero efeito de ato do contraente público, sendo eficaz a partir da data por ele indicada.

### **14. Força maior**

**14.1** Na fase de execução do contrato não podem ser impostas penalidades ao fornecedor, nem é havido como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

**14.2** Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

**14.3** Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do fornecedor, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
- d) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- e) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
- f) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

**14.4** A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

**14.5** As situações de força maior determinam a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

## Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

### 15. Fiscalização e controlo da execução do serviço

**15.1** O cocontratante deve designar um responsável pelo acompanhamento da execução do contrato que tem como função controlar a qualidade, eficácia e eficiência de todas as obrigações a que fica adstrito por força da celebração do contrato.

**15.2** Nos termos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, o **contraente público** deve designar um gestor do contrato com a função de acompanhar permanentemente a execução deste. O gestor do contrato é a subgerente da Unidade de Gestão encarregue pela parte de operações da Loja do Cidadão da Madeira, estando neste momento a cargo da Dra. Débora Barros.

**15.3** O gestor do contrato designado pelo GGCLC tem a seu cargo as seguintes obrigações:

a) Acompanhar permanentemente a execução do contrato, verificando o cumprimento das obrigações emergentes do mesmo, designadamente, no que diz respeito à qualidade, eficiência e eficácia dos bens, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas ao cumprimento do contrato;

b) Assegurar o cumprimento das obrigações declarativas relativas a rendimentos gerados na Região Autónoma da Madeira, nomeadamente a entrega dos documentos identificados no artigo 7.º-A do Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, na sua redação atual.

### 16. Revisão de preços

Durante a vigência do contrato, não há lugar a revisão de preços.

### 17. Alterações ao contrato

**17.1** Qualquer alteração do contrato deve constar de documento escrito assinado por ambas as partes e produz efeitos a partir da data da respetiva assinatura.

**17.2** Quando devidamente fundamentado, o contrato pode ser modificado por:

- a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
- b) Decisão judicial ou arbitral;
- c) Razões de interesse público.

**17.3** O contrato pode ser modificado com os seguintes fundamentos:

- a) Quando as circunstâncias em que as partes fundaram a decisão de contratar tiverem sofrido uma

## **Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão**

alteração anormal e imprevisível, desde que a exigência das obrigações por si assumidas afete gravemente os princípios da boa-fé e não esteja coberta pelos riscos próprios do contrato;

b) Por razões de interesse público decorrentes de necessidades novas ou de uma nova ponderação das circunstâncias existentes.

**17.4** A alteração do contrato não pode conduzir à modificação das prestações principais abrangidas pelo objeto do contrato ou aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

**17.5** Salvo quando a natureza duradoura do vínculo contratual e o decurso do tempo o justifiquem, a modificação só é permitida quando seja objetivamente demonstrável que a ordenação das propostas avaliadas no procedimento de formação do contrato não seria alterada se o caderno de encargos tivesse contemplado essa modificação.

### **18. Resolução por parte da entidade adjudicante**

**18.1** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato, o Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão da Madeira pode resolver o contrato com base nos artigos 325.º, 334.º e 335.º do CCP, e/ou ainda a título sancionatório, caso o fornecedor viole de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações a que está adstrito, conforme previsto no artigo 333.º daquele diploma.

**18.2** Verificando-se uma situação de incumprimento por facto imputável ao fornecedor, considera-se haver incumprimento definitivo quando, após advertência e aplicação de sanção, este continue a incorrer em incumprimento.

### **19. Resolução por parte do fornecedor**

**19.1** Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o fornecedor pode resolver o contrato nas situações previstas no artigo 332.º do CCP, designadamente:

a) Alteração anormal e imprevisível das circunstâncias, quando a resolução não implique grave prejuízo para a realização do interesse público subjacente à relação jurídica contratual ou, caso implique tal prejuízo, quando a manutenção do contrato ponha manifestamente em causa a viabilidade económico-financeira do prestador de serviços ou se revele excessivamente onerosa, devendo, nesse último caso, ser

## **Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão**

devidamente ponderados os interesses públicos e privados em presença;

- b) Incumprimento definitivo do contrato por facto imputável ao contraente público;
- c) Incumprimento de obrigações pecuniárias pela entidade adjudicante por período superior a seis meses ou quando o montante em dívida exceda 25 % do preço contratual, excluindo juros;
- d) Exercício ilícito dos poderes tipificados no capítulo sobre conformação da relação contratual pelo contraente público, quando tornem contrária à boa-fé a exigência pela parte pública da manutenção do contrato;
- e) Incumprimento pela entidade adjudicante de decisões judiciais ou arbitrais respeitantes ao contrato.

**19.2** No caso plasmado na alínea c) do número anterior, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao contraente público, que produz efeitos 30 dias após a sua receção, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

**19.3** Nos restantes casos previstos na lei, o direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

### **Capítulo IV**

#### **Resolução de litígios**

##### **20. Foro competente**

Para resolução de todos os eventuais litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **Capítulo V**

#### **Disposições finais**

##### **21. Subcontratação e cessão da posição contratual**

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes é permitida, contudo, depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos.

## Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

### 22. Contagem dos prazos

Os prazos durante a execução do contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

### 23. Comunicações e notificações

**23.1** Na fase de formação de contrato todas as comunicações entre a entidade adjudicante e os operadores económicos, interessados, concorrentes e adjudicatário são efetuadas por através da plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, disponível em [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

**23.2** Em sede de execução contratual, todas as comunicações entre o contraente público e o prestador de serviços são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado para o domicílio ou sede de cada uma, identificados no contrato, por correio eletrónico ou fax.

**23.3** Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

### 24. Legislação aplicável

Em tudo o que for omissa no presente caderno de encargos devem aplicar-se as normas do Código dos Contratos Públicos, aprovado e publicado em anexo ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, adaptado à Região Autónoma da Madeira pelo Decreto Legislativo Regional n.º 34/2008/M, de 14 de agosto, ambos nas suas atuais redações e demais legislação avulsa.

## Parte II

### Cláusulas Técnicas

### 25. Bens a fornecer

O objeto do presente contrato consiste no fornecimento faseado dos seguintes bens<sup>1</sup>:

- a) Rolos de papel higiénico;
- b) Toalhas de mão;
- c) Sabão líquido;

---

<sup>1</sup> Cfr. Anexo I para imagens de exemplo dos bens a fornecer.

## Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

- d) Tapetes desinfetantes de urinóis;
- e) Recargas de ambientadores;
- f) Álcool gel para mãos.

### 26. Quantidades e características técnicas dos bens a fornecer

25.1 Os bens a fornecer devem corresponder às seguintes características técnicas<sup>2</sup>:

Bens	Qt máximas anuais	Caraterísticas técnicas
Papel higiénico	2300 rolos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O papel higiénico deve ter a <b>dimensão mínima de 180x 410x 610</b>;</li> <li>- Cada rolo = ou &gt; a 180 metros;</li> <li>- Folha dupla;</li> <li>- Gramagem = ou &gt; a 17gr.</li> </ul> <p>Os concorrentes devem apresentar bens com caraterísticas <b>iguais</b> ou <b>superiores</b> às estipuladas. <b><u>A apresentação de rolos de papel higiénico com caraterísticas inferiores às solicitadas determina a exclusão da proposta.</u></b></p>
Toalhas de mão	3000 maços de toalhas de mão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- A toalha de mão deve ter a <b>dimensão mínima de 219x 105x 100</b>;</li> <li>- Cada maço de toalhas = ou &gt; a 180 folhas;</li> <li>- Folha dupla laminada em zig zag;</li> <li>- Gramagem = ou &gt; a 17 gr.</li> </ul> <p>Os concorrentes devem apresentar bens com caraterísticas <b>iguais</b> ou <b>superiores</b> às estipuladas. <b><u>A apresentação de toalhas de mão com caraterísticas inferiores às solicitadas determina a exclusão da proposta.</u></b></p>
Sabão líquido	72	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Gel de mãos perfumado e com pH neutro para lavagem de mãos;</li> <li>- Capacidade da embalagem: 5 Litros.</li> </ul>

<sup>2</sup> Os bens fornecidos devem ser adequados/compatíveis com os equipamentos existentes na Loja do Cidadão da Madeira – cfr. a este propósito o ponto 5 do caderno de encargos (visita ao local) e Anexo II (imagens dos equipamentos existentes).

## Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

Tapete desinfetante para urinóis	48	Tapete rede perfumado com aroma para desinfecção de urinol
Recarga para ambientador automático	26	Ambientador neutralizador de odores 250ml. Para utilização através de ambientador automático, pelo que a recarga deve ser compatível com o equipamento existente na LCM.
Álcool gel desinfetante de mãos	150	- Formulado com, pelo menos, 70% de álcool etílico; - Capacidade da embalagem: 5 Litros.

**26.2** A entidade adjudicante reserva-se o direito de não adquirir a totalidade das quantidades mencionadas no presente caderno de encargos, sendo que, caso não atinja o número máximo de quantidades fixadas, deve ser efetuado o apuramento das quantidades solicitadas pela entidade adjudicante, realizando-se o acerto no preço contratual, que passa a ser o preço que for apurado da soma das quantidades efetivamente solicitadas pela entidade adjudicante.



## Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

### Anexo I

#### Imagens de exemplo dos bens a fornecer

##### Papel higiénico



##### Toalhas de mãos



## Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

### Sabão Líquido – embalagem 5l



### Tapete desinfetante para urinóis



## Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

### Recarga para ambientador automático 250ml



### Álcool gel desinfetante de mãos – embalagem 5l



## Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

### Anexo II

#### Imagens dos equipamentos existentes na Loja do Cidadão da Madeira

**Porta rolos de papel higiénico**



**Dispensador de toalhas de mão**



## Gabinete de Gestão da Loja do Cidadão

**Saboneteira**



**Aparelho ambientador automático**

